



01/12/2014 - Sinttel

Relator da CCJC dá parecer favorável Projeto de Lei 2673 em prol do teleoperador

Após sair da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), o Projeto de lei 2673/2007 recebeu parecer favorável do relator, Dep. Eli Corrêa Filho, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Agora ele entra na agenda da CCJC. Por ter caráter terminativo, o projeto seguirá direto para o Senado. Assim, passará por todos os trâmites até a sua aprovação.

O deputado afirma, no relatório do projeto, que as justificativas apresentadas pelos autores são suficientes e que não há impedimentos para prosseguir com o que foi proposto. "Atualmente, não há entendimento consolidado do TST acerca da jornada de trabalho legal do operador de teleatendimento/telemarketing.

Portanto, a Relator da CCJC dá parecer favorável Projeto de Lei 2673 em prol do teleoperador. Você está recebendo o novo Boletim Digital semanal da FENATTEL, que também irá circular com edições extras de acordo com a dinâmica do movimento sindical dos trabalhadores em Telecom. propositura sana a omissão legislativa sobre o tema", esclarece.

Essa aprovação representa uma vitória histórica dos trabalhadores, da FENATTEL e dos sindicatos do setor. O PL tramita há sete anos e ganhou maior repercussão a partir do abaixo assinado organizado pela Federação, que reuniu mais de 130 mil assinaturas.

Qual a importância do PL 2673/2007 para o trabalhador?

O projeto garantirá jornada de trabalho de até seis horas diárias, e trinta e seis horas semanais, intervalos intrajornada, folgas intercaladas nos finais de semana e a remuneração não poderá ser inferior ao salário mínimo. Esses benefícios irão limitar a alta

rotatividade no emprego, a precarização do trabalho e o alto índice de doenças ocupacionais que atingem os trabalhadores que exercem a atividade de teleoperador.

Entenda o PL 2673/2007

Projeto estabelece normas para atividade de telemarketing

O Projeto de Lei 2673/07, dos deputados do PT Jorge Bittar (RJ) e Luiz Sérgio (RJ), estabelece normas sobre carga horária para a atividade de teleatendimento ou telemarketing. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/45) e determina que a duração normal do trabalho em serviços de teleatendimento será de até 6 horas diárias e 36 horas semanais, com um intervalo mínimo de 10 minutos para descanso, incluído na jornada diária, a cada período de 50 minutos de trabalho.

No caso do trabalho em tempo parcial, a jornada será de 4 horas diárias e 24 horas semanais, com um intervalo diário de 10 minutos para descanso, incluído na jornada de trabalho. Será assegurada ao trabalhador de telemarketing em tempo parcial remuneração não inferior ao salário mínimo.

O projeto proíbe a prorrogação da jornada de trabalho, salvo por motivo de força maior ou para a realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja execução possa acarretar prejuízo. Em caso de prorrogação da jornada, a autoridade competente deverá ser comunicada do fato no prazo de 10 dias.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Trabalho aos domingos

O trabalho deverá ser organizado de forma a não haver atividades aos domingos e feriados, total ou parcialmente. No entanto, em caso de haver expediente aos domingos ou feriados será assegurado ao trabalhador pelo menos um repouso semanal remunerado coincidente com um sábado e domingo a cada mês, independente de metas, faltas ou produtividade, sem qualquer tipo de compensação.

A proposta considera serviço de teleatendimento ou operação de telemarketing a atividade de comunicação com clientes e usuários, por meio de voz ou mensagens eletrônicas, realizada a distância, utilizando-se simultaneamente de equipamentos de audição, escuta ou fala telefônica e sistemas informatizados ou manuais de processamento.

Mercado em expansão

Os autores da proposta ressaltam que a atividade de operador de telemarketing é, atualmente, uma das que mais empregam no País. Segundo dados da Associação Brasileira de Telesserviços o setor cresceu 235% de 2003 a 2006.

São mais de 700 mil pessoas empregadas na atividade em todo o País e, embora a maioria esteja concentrada no eixo Rio/São Paulo, há ainda importantes call centers nos estados de Minas Gerais, da Bahia, do Paraná, de Santa Catarina, do Ceará e de Goiás. O mercado brasileiro emprega principalmente jovens entre 16 e 24 anos, a maioria deles do sexo feminino, em início de carreira.

Jorge Bittar e Luiz Sérgio destacam ainda que o setor de telemarketing registra um dos mais altos índices de doenças ocupacionais. Além disso, segundo os deputados, a atividade enfrenta outros problemas como clima organizacional ruim, pressão psicológica, excesso de cobrança e permanente monitoramento, não atendimento de solicitação de pausa para necessidades fisiológicas e deficiência de mobiliário e equipamento.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

01/12/2014 - Telesíntese

Oi fecha com Altice venda da Portugal Telecom por 7,4 bi de euros

A Oi divulga comunicado oficial à CVM, confirmando que está negociando, com exclusividade, com a francesa Altice a venda da PT. A operadora francesa melhorou a oferta, elevando em mais 400 milhões de euros à proposta original. Nesta proposta, fica mantido o condicionamento do pagamento diferido de 500 milhões de euros relacionado à geração futura de receita da Portugal Telecom. A venda é só pelos ativos da PT, o que não inclui o ingresso do grupo francês no capital da brasileira Oi. Neste caso, quem se mantém no controle da Oi é a PT SGPS, a holding, que conta com a participação o Grupo Espírito Santo (GES).

A Oi divulga comunicado oficial à CVM, confirmando que está negociando com a francesa Altice a venda da PT. A operadora francesa melhorou a oferta, elevando em mais 400 milhões de euros a proposta original. Nesta proposta, fica mantido o condicionamento do pagamento diferido de 500 milhões de euros relacionado à geração futura de receita da Portugal Telecom. A venda é só pelos ativos

da PT, o que não inclui o ingresso do grupo francês no capital da brasileira Oi. A Oi assinou um contrato de exclusividade com a francesas, de 90 dias, para a conclusão do negócio. A venda é só pelos ativos da PT, o que não inclui o ingresso do grupo francês no capital da brasileira Oi. Neste caso, quem se mantém no controle da Oi é a PT SGPS, a holding que conta com a participação do Grupo Espírito Santo (GES).



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O contrato de exclusividade prevê o prazo de 90 dias para as negociações se concluírem. O conselho da Administração da Oi deverá apreciar o acordo na próxima semana.

O anúncio do fechamento do acordo foi feito em comunicado pela Altice e revela que a empresa liderada por Patrick Drahi venceu a corrida que mantinha com o consórcio que incluía os fundos de investimento norte-americanos Apax Partners e Bain Capital, Semapa.

Além disso, a gestão da brasileira Oi ainda agora submeter o acordo à aprovação do conselho de administração da empresa, o que deverá acontecer durante a próxima semana.

Este acordo é feito por um valor mais elevado do que a proposta apresentada pelo grupo francês na sexta-feira, que era de 7,025 bi de euros, uma verba que também já incluía a dívida da PT Portugal e condicionava 800 milhões de euros a resultados futuros da empresa.

Para convencer a Oi, a Altice aumentou assim o valor da proposta total e reduziu o montante que ficava dependente de rendimentos futuros.

O consórcio liderado pelos fundos norte-americanos oferecia na sexta-feira mais 50 milhões de euros do que a Altice, havendo na sua proposta também lugar a pagamentos diferidos. No entanto, durante este fim-de-semana, os responsáveis da Oi entraram em negociações com os dois concorrentes.

O comunicado da Oi

Oi S.A. ("Oi", Bovespa: OIBR3, OIBR4; NYSE: OIBR e OIBR.C), conforme o disposto no art. 157, §4o da Lei no 6.404/76 e na Instrução CVM no 358/02, vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral o que segue:

Desde o início de novembro de 2014, quando re-

cebeu propostas para a compra de ativos da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a Oi aprofundou conversas com os proponentes (a Altice S.A. ("Altice") e Apax Partners LLP e Bain Capital LLP ("Apax/Bain"), que apresentaram oferta conjunta) visando à melhoria das propostas anteriormente apresentadas.

Na última sexta-feira, 28 de novembro de 2014, o Conselho de Administração da Oi autorizou a Diretoria a avaliar as propostas firmes recebidas e a celebrar um contrato de exclusividade com o proponente que apresentar, no julgamento da Diretoria e de seus assessores, a melhor proposta, que será objeto de negociação e em sua forma final, submetida a aprovações societárias da Oi e da Portugal Telecom SGPS, S.A. requeridas para uma potencial alienação da PT Portugal.

Em razão disso, na presente data, a Oi celebrou com a Altice um contrato de exclusividade por um período de até 90 dias com o objetivo de permitir: (i) à Oi e à Altice negociarem e acordarem os termos finais da alienação da PT Portugal e (ii) à Oi obter as autorizações societárias necessárias para realizar a alienação da PT Portugal."

A proposta da Altice apresentada considera um valor da empresa (enterprise value) de 7,4 bilhões de Euros, excluindo caixa e dívida, e inclui um earn-out (pagamento diferido) de 500 milhões de Euros relacionado a geração futura de receita da PT Portugal.

Não fazem parte da proposta da Altice que será submetida às aprovações societárias os investimentos da PT Portugal na Africatel GmbH & Co. KG e Timor Telecom S.A., o endividamento da PT Portugal e os investimentos na Rio Forte Investments S.A. (os quais são objeto da permuta com a Portugal Telecom SGPS, S.A., sujeita à aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários).



25/11/2014 - Rede Brasil Atual

SUS amplia atendimento básico à população em situação de rua

Equipamento do Sistema Único de Saúde (SUS) conta com 101 equipes em todo o país para atendimento multissetorial de cidadãos em extrema vulnerabilidade

A proposta do Sistema Único de Saúde (SUS) que leva à população de rua atenção básica e psicossocial no próprio local, foi tema da edição de ontem (24) do Sintonia SUS, programa semanal da Rádio Brasil Atual que trata e debate políticas de saúde pública.

As chamadas equipes de Consultório na Rua (eCR) promovem cuidado e protagonismo para cidadãos em situação de extrema exclusão dentro das cidades que habitam. Lucina Toni, doutoranda em saúde coletiva e coordenadora do grupo de Saúde Mental do SUS, em Sorocaba (interior paulista), explicou à rádio que o programa a população em situação de rua muitas vezes não se identifica nem mesmo com o direito universal de acesso à saúde. Segundo a especialista, o atendimento das eCRs começa por esta conscientização.

Em Campinas (também no interior de São Paulo), por exemplo, desde setembro de 2012 um automóvel Kombi circula pela cidade levando os profissionais de saúde. Desde então, a unidade itinerante já faz cerca de mil atendimentos por mês para mais de 150 pessoas em situação de rua. Alcoolismo, dependência química, doenças como diabetes, tuberculose e transtornos mentais são algumas das demandas mais frequentes.

O cuidado vai além do tratamento da doença. O trabalho do Consultório na Rua também precisa envolver outras secretarias, como Trabalho, Renda, Habitação, temas que são algumas das causas que levam as pessoas pra rua.

"A intersetorialidade ainda é algo a ser constru-

ído, mas já temos algumas experiências exitosas", relata Luciana. "Esse profissional que se aproxima desse sujeito que não tem documento, não tem alguma outra forma de identificação e de acesso a outras políticas precisa construir com os outros atores das demais secretarias de Saúde essa possibilidade". Ela explicou ainda que a falta de documentos desses cidadãos não pode ser uma barreira ao acesso ao atendimento básico, mas que também é preciso buscar que as pessoas se interessem por regularizar seus registros civis, de forma a reduzir as situações de constrangimento e vulnerabilidade.

O acesso das pessoas em situação de rua é o mesmo que das demais pessoas, teoricamente, afirma Luciana. "Esse princípio de universalidade pressupõe que o SUS é um sistema de acesso a todos os cidadãos brasileiros."

A coordenadora também falou sobre a importância do programa para as cidades. "Se a gente reproduz uma lógica de segregação, de classificação e de reconhecimento da cidadania só pra alguns, em algum momento isso também pode ser colocado em xeque pra nós, pros nossos."

As equipes do Consultório na Rua contam ainda com um agente social, que é uma pessoa que já esteve em situação de rua e, por isso, traz uma contribuição essencial, principalmente no diálogo entre os profissionais e os pacientes. "Ajuda com que a gente faça uma mediação mais clara de quais são de fato as necessidades do sujeito e como o profissional pode apoiá-lo", explica Luciana.

28/11/2014 - Rede Brasil Atual

Fiscalização flagra exploração de trabalho escravo na confecção de roupas da Renner

Costureiros bolivianos viviam sob condições degradantes em alojamentos, cumpriam jornadas exaustivas e estavam submetidos à servidão por dívida em oficina terceirizada na periferia de São Paulo



A Renner, rede varejista de roupas presente em todo o Brasil, foi responsabilizada por autoridades trabalhistas pela exploração de 37 costureiros bolivianos em regime de escravidão contemporânea em uma oficina de costura terceirizada localizada na periferia de São Paulo (SP).

Os trabalhadores viviam sob condições degradantes em alojamentos, cumpriam jornadas exaustivas e parte deles estava submetida à servidão por dívida. Tais condições constam do artigo 149 do Código Penal Brasileiro como suficientes – mesmo que isoladas – para se configurar o crime de utilização de trabalho escravo.

A fiscalização, realizada entre outubro e este mês, foi comandada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP) e contou com a participação do Ministério Público do Trabalho e da Defensoria Pública da União. Pela SRTE/SP, estiveram presentes nas diligências os auditores-fiscais Luís Alexandre de Faria e Sérgio Aoki. Pelo MPT, os procuradores do Trabalho Ronaldo Lima dos Santos e Cristiane Anelito Ferreira. A Repórter Brasil acompanhou a inspeção feita ao local no último dia 6.

Os auditores fiscais à frente do caso consideram a Renner responsável pela redução dos trabalhadores a

condições análogas a de escravos por entenderem que a empresa detém o controle total sobre a produção de roupas na oficina fiscalizada, cujo serviço era intermediado por duas empresas fornecedoras da rede varejista. “Vários elementos tratados juridicamente pela auditoria apontam a responsabilidade trabalhista da varejista. Ela exerce controle sobre toda sua cadeia produtiva. Em última instância é quem tem o poder para definir prazos e condições de trabalho”, diz o auditor-fiscal do trabalho Luís Alexandre de Faria.

“Mesmo que a Renner não tenha encontrado indícios de problemas, no nosso entender tinha condições, sim, de tomar providências. No mínimo contratar fornecedores que tivessem condições totais de tocar a produção. A empresa sabia que os fornecedores iriam transferir a produção para uma camada inferior”, afirma Faria. A confecção terceirizada costurava roupas para as linhas Cortelle, Blue Steel, Blue Steel Urban e Just Be, todas da Renner. Durante a operação, foram encontradas um total de 35.019 peças já costuradas ou a costurar, com as respectivas notas fiscais.

Certificado do setor têxtil

Entre os resgatados havia 21 homens, 15 mulheres e uma adolescente. Chamou a atenção das autoridades do trabalho o fato de tanto a oficina quanto as empresas que intermediavam a produção entre esta e a Renner possuírem certificação de boas práticas nas relações de trabalho expedida pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX). Além disso, a pequena confecção onde foram encontrados os trabalhadores escravizados chegou a assinar o código de ética e conduta da Renner.

Leia a reportagem completa:

<http://reporterbrasil.org.br/2014/11/fiscalizacao-flagra-exploracao-de-trabalho-escravo-na-confeccao-de-roupas-da-renner/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/11/2014 - Portal Vermelho

Emprego e investimentos, prioridades para combater a crise

Uma das funções do Congresso é votar leis para estabelecer as prioridades da ação governamental. As exigências de aplicação mínima de recursos orçamentários em determinada área ou a fixação de metas de resultado são exemplos que materializam essas prioridades.

Nesses últimos dias, a mídia conservadora e segmentos da oposição derrotada nas urnas, junto com o projeto que defendiam, têm feito inflamados discursos para defender que a prioridade maior do Governo deva ser poupar recursos públicos para atender aos interesses do setor financeiro e privado.

Tal polêmica ocorre porque a recém-eleita presidenta Dilma Rousseff, muito acertadamente, decidiu manter a prioridade de ampliar os investimentos públicos como medida indispensável para a geração de empregos e a valorização dos salários, para enfrentar a crise internacional.

Eis a razão pela qual a Comissão Mista de Orçamento aprovou a sugestão do Governo que permitirá a utilização de recursos do superávit para a ampliação dos investimentos do PAC ou para compensar as diversas renúncias tributárias que o governo tem utilizado para manter a produção nacional e o emprego dos brasileiros.

Diversos países têm adotado posturas semelhantes. Ao contrário do que ocorria em 2006 e 2007, os governos das maiores economias estão procedendo da mesma maneira. Para se ter ideia, 17 dos 20 países mais ricos terminarão o ano consumindo mais recursos do que o arrecadado com impostos.

Os EUA, por exemplo, neste ano vão gastar, excluindo os juros, 3,37% do PIB a mais do que o que geraram em impostos. Nesta mesma linha caminham Reino Unido (3,47%); Japão (6,28%); França (2,32%); Canadá (2,11%), China (0,54%) e a Índia (2,59%).

No resto do mundo, o desemprego é recorde, há precarização de serviços públicos e de direitos dos trabalhadores. No Brasil, desde 2008, o governo tem priorizado essas medidas de enfrentamento aos efeitos da crise. E, como uma das consequências, temos os menores índices de desemprego das últimas décadas.

É exatamente aí que as prioridades se encaixam.

Ao invés de simplesmente poupar dinheiro, é preciso investir em programas desenvolvimentistas como as obras do Programa de Aceleração do Crescimento. São obras de infraestrutura, saneamento, construção de creches, portos, mobilidade urbana e acesso a recursos hídricos. Somente até setembro de 2014, nossos investimentos chegaram a R\$ 47 bilhões, bem acima dos R\$ 31 bilhões gastos no mesmo período do ano passado. Esta política do Governo Dilma permitiu, entre outras, a construção de 5 mil creches para as populações de baixa renda. É assim que se constroem as mudanças que a sociedade exige.

O Brasil também vem adotando uma política estratégica de incentivo ao mercado com constantes desonerações de impostos, possibilitando que empresas produzam mais barato e, conseqüentemente, cidadãos consumam mais barato. A previsão é de que o Governo abra mão de ao menos R\$ 100 bilhões de impostos até dezembro, impedindo que a recessão que o resto do mundo vive elimine aqui os empregos, por exemplo.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/254304-1>



26/11/2014 - Carta Capital

Preconceito democratizado

O brasileiro médio culpa os pobres pela pobreza e não apoia as políticas universais

A hegemonia da doutrina neoliberal nas últimas quatro décadas deixou como saldo o recrudescimento da desigualdade social em escala global. Desregulamentação, abertura, privatização, redução do papel do Estado e supressão de direitos trabalhistas, sindicais e sociais são algumas facetas das reformas liberalizantes implantadas desde o fim dos anos 1970. Com a crise financeira de 2008, essa agenda foi reforçada nos países centrais, ampliando-se o padrão de desigualdade também nessas sociedades.

O oposto ocorreu na América Latina e no Brasil, que apresentaram no início do século XXI uma trajetória de crescimento econômico com inclusão social. No caso brasileiro, os impactos do crescimento na geração de empregos, recuperação do valor real do salário mínimo e nas transferências monetárias da seguridade social foram determinantes para a melhora das condições de vida dos cidadãos. Esses fatores, associados aos programas de combate à fome, contribuíram para milhões de pessoas saírem da pobreza extrema. Nesse caso, o balanço é "surpreendente e impactante na década". Entre 2002 e 2013, a pobreza extrema caiu de 9,3% para 3,6% da população total.

Qual é a percepção da população brasileira sobre a redução da miséria e o declínio da desigualdade? A resposta está no livro *Percepções sobre Desigualdade e Pobreza*. O que pensam os brasileiros da política social? Trata-se de um denso trabalho de investigação coordenado por Lena Lavinias, professora de Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Alinne Veiga, Barbara Cobo, Fabio Waltemberg e Yasmín Salazar Mendes, reconhecidos especialistas em políticas públicas.

Alguns achados da pesquisa patrocinada pela Financiadora de Estudos e Projetos eram de se esperar, mas há resultados surpreendentes. O brasileiro médio julga relevante o papel do Estado na redução

das desigualdades sociais. Esse reconhecimento é aprovado especialmente pelos grupos de menor renda e nas regiões menos desenvolvidas.

Não obstante, os valores do individualismo e da meritocracia são amplamente compartilhados. A maioria acredita que o salário é função da qualidade do trabalho e do grau de responsabilidade na sua execução. Predomina a visão de que pobreza é falta de esforço individual e isso significa responsabilizar os próprios pobres por sua condição social.

O brasileiro médio não se mostra propenso a apoiar políticas universais. Quem pode pagar e quem não pode que fique com um serviço público de segunda linha, defende a preocupante visão majoritária. A maioria desaprova elevar impostos para oferecer mais saúde e educação gratuitas e de qualidade. O cidadão apoia a progressividade dos impostos, mas esse esforço coletivo deve assegurar apenas uma intervenção residual por parte do Estado.

Os segmentos com maior escolaridade são propensos a apoiar políticas universais. A maior parte defende uma política redistributiva em favor do bem-estar na velhice e reconhece no regime público da previdência social um instrumento de proteção real. Mais de dois terços dos entrevistados defendem a manutenção do Bolsa Família, mas a grande maioria julga pequena a contribuição do programa para reduzir a pobreza e quase metade dos entrevistados desaprova um aumento do benefício monetário do programa. Prevalece a crença de que as mulheres pobres querem ter mais filhos para aumentar o valor dos benefícios recebidos por criança.

Muito preconceito e desinformação refreiam a emergência de uma sociedade mais homogênea e solidária no Brasil, conclui-se da leitura do livro. O quadro, felizmente, não é imutável, apontam os pesquisadores, mas enfrentá-lo requer travar também a batalha da revolução educacional e cultural.